

**EDcl no HABEAS CORPUS Nº 419.745 - SP (2017/0260929-1)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**EMBARGANTE : CARLOS PASQUAL JUNIOR**  
**ADVOGADOS : CLÁUDIO JORGE DE OLIVEIRA - SP247618**  
**CARLOS PASQUAL JUNIOR - SP275643**  
**EMBARGADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**EMENTA**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM *HABEAS CORPUS*. TENTATIVA DE ESTELIONATO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. NULIDADES. PROVA EMPRESTADA. INDEFERIMENTO DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. Embargos de declaração rejeitados.

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Carlos Pasqual Junior** à decisão de minha relatoria, na qual deneguei a ordem, à vista dos fundamentos sintetizados na seguinte ementa (fl. 278):

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE ESTELIONATO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. NULIDADES. PROVA EMPRESTADA. INDEFERIMENTO DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. CONTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO OCORRÊNCIA. RESGUARDO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA.

1. Pelo entendimento desta Corte, é admissível a utilização de prova emprestada, desde que tenha havido a correlata observância ao contraditório e à ampla defesa. In casu, consta do acórdão vergastado que a prova supostamente acoimada de ilegítima (a que alude a defesa) foi juntada aos autos principais antes mesmo da apresentação de defesa prévia. Note-se que a indigitada prova foi oportunizada à defesa desde a deflagração da persecução penal, razão pela qual não se vislumbra qualquer ilegalidade apta à concessão da ordem.

2. A caracterização de cerceamento do direito de defesa pelo indeferimento de alguma prova requerida pela parte possui como condicionante possível arbitrariedade praticada pelo órgão julgador, e não simplesmente a consideração ou entendimento da parte pela indispensabilidade de sua realização.

3. Ordem denegada.

Em suas razões recursais, aponta o embargante contradição e omissão na decisão embargada.

Diz que *os elementos apontados na r. sentença e no V. acórdão em relação*

*à autoria delitiva, que só foram colhidos na fase inquisitorial, são insuficientes para a prolação de um título condenatório em desfavor do paciente, a teor do art. 155 do CPP, pois não foram ratificados em Juízo, em desrespeito ao Devido Processo Legal e contraditório (fl. 295).*

*No mais, sustenta que fora acusado de falsificação de documento particular (procuração), para a propositura de ação com objetivo de percebimento de valores em nome da vítima, todavia, somente a prova pericial (exame grafotécnico) poderia apontar autoria em desfavor do paciente.*

*Em toda a instrução processual, o embargante protestou pela realização da referida prova pericial (exame grafotécnico) que seria imprescindível para provar que referidas assinaturas não partiram de seu punho escritor, referida prova fora negado por diversas vezes nos autos, em evidente cerceamento do direito de defesa do paciente (fl. 296).*

É o relatório.

Da análise dos autos, não verifico qualquer omissão ou contradição a ser sanada.

Na decisão embargada, fazendo referência ao acórdão do Tribunal de Justiça, destaquei que, ao contrário do que alega o embargante, a prova supostamente acoimada de ilegítima foi juntada aos autos principais antes mesmo da apresentação da defesa prévia, sendo oportunizada à defesa desde a deflagração da persecução penal, garantindo, assim, os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Em sequência, afastei qualquer ilegalidade acerca do cerceamento de defesa, visto que poderá o magistrado, em estrita observância à legislação de regência e com o fito de formar a sua convicção, entender pela necessidade ou não da produção de determinada prova, desde que fundamente o seu entendimento de forma adequada e oportuna, como ocorreu na hipótese.

Assim, não havendo nenhum vício a ser sanado, **rejeito** os embargos de declaração.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

